



Horizontes das
Ciências Sociais Rurais 2

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubada Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari
Tatiana Aparecida Balem
Ethyene de Oliveira Alves
Walesca Piovesan Winch
Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho
Adonias Vidal de Medeiros Júnior
Meire Eugênia Duarte
Gerlânia Maria Rocha Sousa
Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves
Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus
Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich
Nathalia Lima Pinto
Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio
Daniel Augusto Barreta
Edpool Rocha Silva
Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECEMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves

Departamento de Ciências Econômicas
Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ
São João del-Rei - MG

Laila Ferreira dos Santos Araújo

Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ
Belo Horizonte - MG

RESUMO: O presente trabalho analisa se produtores rurais de leite do município de Joaíma, estado de Minas Gerais, adotam estratégias para o desenvolvimento dos seus estabelecimentos, tendo em vista a possibilidade de sustentação das suas atividades, inclusive pela transformação da sua produção, o que poderia contribuir para a geração de emprego e renda no município. Foram realizadas entrevistas com vinte e sete produtores rurais, técnicos da Prefeitura Municipal de Joaíma, técnicos do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG lotados da organização e com lideranças representativas dos produtores locais. Os resultados alcançados apontam que os produtores não demonstraram possuir estratégias individuais e nem coletivas de desenvolvimento dos seus negócios, apesar de terem sugerido que para a continuidade deles e dos negócios agropecuários deles devem ser priorizadas ações associadas a capacitação e

acesso a recursos.

Palavras-chave: Joaíma; Estabelecimentos rurais; Estratégia; Agropecuária leiteira; Queijo Cabacinha.

ABSTRACT: The present study analyses if some dairy producers in Joaíma, a small town in Minas Gerais State, adopt strategies for the development of their properties, considering the possibility of sustaining their activities, including the transformation of their production, which could contribute for the generation of employment and income in the municipality. Interviews were conducted with twenty-seven rural producers, and technicians from the Joaíma City Hall, and technicians from the local office of the Technical Assistance and Rural Extension Company of the State of Minas Gerais (Emater-MG), and with leaders representing local producers. The results indicate that the producers did not appear get any individual or collective strategies for the development of their businesses, although they have suggested that for their continuity and their agricultural businesses, priority should be given to actions associated with capacity building and access to resources.

KEYWORDS: Joaíma; Rural Producers; Strategy; Dairy Production; *Cabacinha* Cheese.

1 | INTRODUÇÃO

A literatura que caracteriza os sujeitos e o mundo rurais privilegia a observação, compreensão e análise da etnicidade; do isolamento geográfico; da densidade demográfica; do tipo de trabalho sobre a terra e as práticas tecnológicas; da territorialidade e forma de organização da propriedade; do acesso a e da disponibilidade de recursos monetários para o trabalho e para o acesso ao consumo e ao investimento; da participação em organizações sindicais e profissionais e cooperativas; e das práticas culturais da ruralidade. Nesse sentido, o rural identifica uma forma específica de relação dos sujeitos humanos e da sociedade (rural) com o espaço que possui como caráter dominante a sua inscrição local (GIARRACCA, 2001; MALUF e CARNEIRO, 2003; CORREA, QUIJANO e GRAMMONT, 2008).

O conceito de rural que subjaz àquelas observação e análise é, contudo, como muitos outros, simultaneamente suficiente e insuficiente. A realidade não possui classificações ou esquemas de interpretação de qualquer espécie, “objetivas” em si mesmas: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, seja por meio de teorias científicas ou do senso comum. Qualquer conceito é uma maneira de definir ou construir uma noção num contexto preciso (ou paradigma) (MARQUES, 2002; FOUREZ, 1995).

A sociedade rural é sempre um elemento numa sociedade mais ampla, e em nossas sociedades contemporâneas é representado como um elemento marginal. Se definido em relação à cidade, o meio rural caracteriza-se por alguns traços dominantes que lhe dão fisionomia específica, que são a submissão ao espaço, a confusão dos papéis de “proprietário”, “gerência” e execução, a penetração pela sociedade (MENDRAS, 1978).

Segundo Mendras (1978), as regiões agrícolas fazem viver pequenos centros urbanos e fornecem os serviços administrativos, técnicos, comerciais e culturais, o que torna tais espaços urbanos parte do meio rural na medida em que suas funções industriais permanecem como acessórios. Joáima pode ser caracterizada assim e por sua hospitalidade - que é uma das primeiras formas universais de reciprocidade, dádiva que marca as relações sociais e econômicas.

Todavia, a lógica de ajuda mútua ou de solidariedade do sistema de reciprocidade não visa a produção exclusiva de valores de uso ou de bens comuns a compartilhar, e sim a criação “de ser”, de vínculo social, ou seja, ampliar relações sociais e afetivas por meio da redistribuição ou compartilhamento de recursos (SABOURIN, 2009).

É fato que as formas tradicionais de vida e da economia rural vêm sendo substituídas por outro tipo de agropecuária e por novas relações com os mundos urbano e industrial. Isso tem levado a mudanças nas interpretações sobre o significado e as funções do rural na sociedade contemporânea.

Com a difusão dos hábitos de consumo capitalistas em distintas regiões dos territórios nacionais, por exemplo, distintos autores têm sustentado que o rural “se

urbanizou”, ou seja, vem ocorrendo uma flexibilização da vida urbana e rural pela introdução de facilidades nas atividades cotidianas. Em função disso, teria ocorrido a introdução, para os produtores rurais, de questões diversas e importantes como as do desenvolvimento e da agricultura sustentável e da produção ecologicamente correta e saudável (SILVA, 1998; ALMEIDA, 1999; SCHNEIDER, 1999; CARNEIRO, 2012).

Outro exemplo, nesse sentido, é o da modernização do rural. As formas de produção agropecuária dominante em quase todo o mundo, do ponto de vista da formação das principais ofertas agroalimentares e no atendimento à demanda urbana por alimentos e commodities agropecuárias são as decorrentes da Revolução Verde e da industrialização do campo, que buscam maior produtividade por meio do uso intensivo de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sementes geneticamente alteradas e mecanização da produção. Outro traço central desse modelo de agropecuária “moderna” é a monocultura (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesse sentido, o conceito de rural deve ser compreendido como sendo reelaborado graças ao confronto existente entre as políticas agrícolas e rurais, especialmente as públicas, e as ciências sociais (GIARRACCA, 2001).

No caso brasileiro, conforme sugerem diversos autores, desde a década de 1950 que o desenvolvimento do mundo rural pode ser compreendido a partir de um processo de modernização no seio do qual predominam os sistemas e complexos agroindustriais (KAGEYAMA *et al.*, 1990; DELGADO, 1985; DELGADO *et al.*, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1996; GASQUES, VIEIRA & NAVARRO, 2010).

Essa modernização baseou-se na mudança da base técnica da produção rural e na integração e subordinação da agricultura à indústria, pela incorporação de novos insumos, pela demanda industrial por matérias-primas de origem vegetal e animal e pelas mudanças nas relações de trabalho. Esse processo criou uma nova demanda para o capital financeiro, graças às necessidades de financiamento. Da mesma forma, a terra tornou-se um ativo importante por propiciar ganhos especulativos e de fundação e por ser um fator com oferta elástica. O Estado concedeu o apoio fundamental para esse processo na forma de provisão de crédito, na orientação da ocupação espacial e na pesquisa. Contudo, as políticas públicas para o desenvolvimento agropecuário primaram pela orientação de curto prazo e pela busca de efeitos de eficiência mais do que de efeitos de equidade. Apesar do expressivo crescimento agropecuário resultante, a questão agrária ficou relegada ao segundo plano e a alocação de recursos foi distorcida, porque o sistema de subsídios e de preços controlados tornaram as decisões dos produtores subótimas, não refletiram os custos e induziram à mecanização excessiva. O resultado foi que, a despeito das modificações introduzidas nessas políticas a partir de 1990, a situação estrutural e a divisão entre uma agricultura tradicional e uma moderna permaneceram. Como consequência, foram geradas duas categorias de produtores: a dos capitalizados (“tecnificados”) e integrados às agroindústrias e ao capital financeiro e a dos não associados (DELGADO, 1985; KAGEYAMA *et al.*, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1996; GASQUES, VIEIRA & NAVARRO, 2010).

Outra explicação para tais resultados desse processo parte do âmbito interno das unidades de produção agropecuária e refere-se à forma como elas responderam aos elementos impulsionadores e às barreiras criadas pela modernização. Isso se relaciona com a questão da formulação e implantação de estratégias.

Para Whittington (2002) a estratégia deve ser pensada a partir da combinação possível entre os resultados que as organizações esperam obter e os processos (deliberados ou emergentes) escolhidos para atender às expectativas organizacionais. Daí ser importante avaliar os micro fundamentos da estratégia. A estratégia pode ser definida como uma prática social mais do que uma escolha perfeita sobre posicionamento.

Ela refere-se, portanto, às formas por meio das quais os gestores realizam suas atividades tanto através de suas interações sociais quanto por meio do recurso a um conjunto de atividades cotidianas na condução do negócio. A adoção de estratégias não se refere, nesse sentido, apenas aos recursos internos e externos, humanos e materiais que as organizações possuem; ela é o que as organizações e seus múltiplos atores fazem em um dado ambiente social e organizacionalmente construído (WHITTINGTON, 2004; JARZABKOWSKI, 2005).

O entendimento de estratégias requer uma análise dinâmica, que seja capaz de entender como são construídos os processos estratégicos nesses tipos de organizações. Ou seja, pode-se argumentar que um fator que poderia permitir a sobrevivência e o crescimento de unidades produtivas agropecuárias é o tipo de estratégia e de agricultura que elas desenvolvem.

São poucas, contudo, as referências sobre como as unidades de produção rural desenvolvem estratégias, partindo do princípio que o devem fazer no âmbito dos processos macroeconômicos e sociais de desenvolvimento anteriormente aludidos. A maior parte da produção sobre o tema aborda as estratégias em unidades agroindustriais modernizadas ou se refere a aspectos parciais da questão, enfatizando a análise e avaliação de planejamento estratégico e de desempenho, ou então de processos operacionais.

Nesse sentido, a pesquisa realizou um estudo de caso sobre uma realidade local, de forma a testar a discussão previamente apresentada. Foi escolhido como espaço rural local para a pesquisa o município de Joáima, situado no estado de Minas Gerais, e que terá seus dados apresentados posteriormente.

2 | O MUNICÍPIO DE JOAÍMA: ASPECTOS GERAIS E DA AGROPECUÁRIA LOCAL

Joáima foi criada, em 1911, como distrito do município de Araçuaí e, posteriormente, de Jequitinhonha. Em 1943, foi elevada à categoria de município com a denominação atual, instalado em 1949. O município pertence à microrregião de Almenara, no Vale do Jequitinhonha.

Em 2000, a população residente total de Joáima era de 14.555 habitantes, numa área de 1.664,19 km², conforme dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em 2010, Joáima contava com uma população residente total de 14.941 habitantes. Em 2018, a população estimada era de 15.410 pessoas (respectivamente 2,6% e 3,1% maior). Ao longo desse período, a densidade demográfica tem se mantido em torno de 9 habitantes por km².

Em 2000, as mulheres representavam 50,5% da população, número esse que passou a ser igual a 49,8%, em 2010. O que explica essa variação negativa do tamanho da população feminina foi a diminuição do grupo de mulheres residentes no meio urbano do município.

A Tabela 1, apresentada em seguida, indica a distribuição da população residente segundo a situação dos domicílios, urbana ou rural, entre os anos de 2000 e 2010.

Situação do Domicílio	Situação do domicílio	
	2000	2010
Urbana	10.259	10.273
Rural	4.296	4.668
Total	14.555	14.941

Tabela 1 – Distribuição da população trabalhadora de 10 anos ou mais idade, segundo a situação do domicílio (2000/2010)

Fonte: IBGE (disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552#resultado>>, acesso em 18/09/2018).

No período considerado, o que parece explicar o ligeiro aumento da população total é o crescimento da população rural, especialmente a masculina (que foi igual a 10,7%).

De acordo com os dados disponíveis do IBGE, a população residente alfabetizada é quase 67%, enquanto o total de moradores de ambos os sexos que no ano de 2010 frequentava creche ou escola correspondia a 31,2% do total da população. Já o número de pessoas com 10 anos de idade ou mais que frequentava a escola era de 20,1% do total da população. Mais de 4.100 pessoas com 10 anos de idade ou mais (27,5% do total da população) não frequentavam a escola.

Em 2010, a situação das pessoas com 10 anos de idade ou mais em relação à escolaridade era a seguinte: 9.148 (75,8%) pessoas possuíam o Ensino Fundamental incompleto ou não tinham instrução; 1.190 (9,9%) possuíam o Ensino Fundamental completo e o Médio incompleto; 1.277 (10,6%) pessoas possuíam o Ensino Médio completo e o Superior incompleto; e apenas 462 (3,7%) pessoas possuíam o Ensino Superior completo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb municipal variou de 3,3 em 2007 para 4,2 em 2013, segundo o IBGE.

A Tabela 2, apresentada em seguida, indica os dados sobre número de escolas, docentes e matrículas em Joáima em 2012 e 2017, por nível de ensino.

Esses indicadores permitem supor que o nível educacional formal da população é reduzido, o que pode ser um fator que compromete, em alguma medida, a formação de capacidades e competências locais para a proposição e implantação de um planejamento do desenvolvimento. Esse aspecto é importante porque, se esse último é um processo de expansão das liberdades reais das pessoas que o detêm, e se a insuficiência de renda não é o fator exclusivo das privações dos indivíduos, dotá-los de capacidades básicas, como a educação, é fundamental para que se alcance maiores chances de promoção do desenvolvimento (SEN, 2000).

Nível de Ensino	Número de Escolas		Número de Docentes		Número de Matrículas	
	2012	2017	2012	2017	2012	2017
Ensino Pré-escolar	05	10	21	24	360	344
Ensino Fundamental	17	15	162	158	2.802	2.344
Ensino Médio	02	02	32	44	463	659

Tabela 2 – Número de Escolas, de Docentes e de Matrículas por Níveis de Ensino, 2012/2017

Fonte: IBGE (disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joaima/pesquisa/13/5902>>, acessados em 18/09/2018).

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 12,61 para 1.000 nascidos vivos, ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE. Entre 2005 e 2014, segundo a mesma fonte, as principais causas dos óbitos ocorridos foram doenças do aparelho respiratório e as infecciosas e parasitárias. Os dados disponíveis dão conta que o município contava, em 2009, com onze estabelecimentos de Saúde, nove dos quais vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS (82% dos quais públicos, de propriedade do município). Apenas quatro estabelecimentos de saúde possuíam serviços de internação total, todos eles públicos, com um total de 56 leitos.

Cerca de sessenta por cento dos domicílios eram atendidos por serviço de esgotamento sanitário adequado em 2010.

Em 2008, o serviço de abastecimento de água atingia a 3.300 economias domésticas (unidades domésticas ativas e abastecidas) e o município contava com serviço público de manejo de águas pluviais, de resíduos sólidos e rede coletora de esgoto. Em 2010, 89,4% de domicílios urbanos encontravam-se instalados em vias públicas com arborização e 3,5% de domicílios urbanos estavam instalados em vias públicas com urbanização adequada (dotadas de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio), conforme o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Joáima relativo a 2010 foi igual a 0,587. A incidência da pobreza, contudo, era de 59,3 em 2003. No mesmo ano, o Índice de Gini municipal era igual a 0,46.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas, do IBGE, o número de empresas atuantes no município era de 201 unidades em 2006, ocupando 595 pessoas (das quais 70% assalariadas). O salário médio mensal, naquele ano, correspondia a 1,5 (um e

meio) salários mínimos e o total pago aos ocupados (salários e outras remunerações) foi igual a R\$5.238.000,00.

Em 2016, esses números foram, respectivamente: 132 empresas (redução de 34%), ocupando 930 pessoas (aumento de 56%), das quais 85,6% assalariadas, que recebiam em média, mensalmente, 1,6 salários mínimos.

A soma dos salários e outras remunerações, em 2016, totalizou R\$16.612.000,00 (um crescimento de 217%). O valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes no meio urbano era de R\$1.126,86. No meio rural, esse valor médio mensal era de R\$876,53 (ou seja, 22% inferior aos rendimentos nominais médios mensais dos residentes urbanos). A mediana dos rendimentos nominais per capita dos domicílios particulares permanentes no meio urbano era de R\$250,00 e no meio rural era de R\$177,71. Esses dados revelam que a distribuição da riqueza municipal é concentrada.

O Produto Interno Bruto - PIB a preços correntes no ano de 1999 foi igual a R\$23.059.000,00 e o PIB per capita foi de R\$5.480,26. Em 2015, estes valores foram iguais a R\$114.131.120,00 e R\$7.333,96, respectivamente.

O PIB do setor de Serviços (incluindo Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social) correspondeu, em 1999, a 67,4% desse total, seguido pelo da Agropecuária (17,1%) e pelo da Indústria (12,6%). O montante de impostos sobre produtos correspondeu aos restantes 2,9%. Em 2015, esses números foram, respectivamente, iguais a: 79%; 10,8%; 6,7%; 3,5%.

O que os dados indicam é que as principais atividades econômicas de Joáima são os setores de serviços (incluindo os públicos) e a agropecuária.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, existem 968 estabelecimentos rurais no município, ocupando uma área total de 110.239 hectares de terra. A maior parte desses estabelecimentos (63,13%) possui até 100 hectares, mas ocupa apenas 10,2% da área agropecuária local. Os estabelecimentos com tamanho maior do que 100 ha e até 500 ha representam 20,35% do total e ocupam 44,46% da área total. Os estabelecimentos com mais de 500 ha somam 5,48% do total e ocupam 40,04% da propriedade.

Em 2017, de acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE, existiam 915 estabelecimentos ocupando uma área total de 114.251,812 ha. O número de estabelecimentos, no período, caiu 5,5% enquanto a área ocupada total cresceu 3,6%. Isso indica que houve algum grau de concentração da propriedade, o que pode ser medido – à falta de números mais precisos ainda não divulgados – pelo fato que o tamanho médio da propriedade era de 124,87 ha em 2017, contra 113,88 ha em 2006.

Em 2017, 93,5% do total de estabelecimentos era dirigido por produtores individuais. Quatro quintos deste total de estabelecimentos era dirigido por homens. Quanto à idade, 55% desses proprietários possuíam entre 30 e 60 anos, sendo que o segundo grupo em importância era o de 60 anos de idade e mais (correspondente a 40,8%). Quanto à cor, 47,3% eram pardos e 14,6% pretos, segundo a definição do Censo.

Quanto à escolaridade, os produtores dirigentes de 26,7% dos estabelecimentos nunca frequentaram a escola, 33,4% possuem algum nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e outros 23,2% possuem o nível equivalente ao ensino médio. 10,5% possuem curso superior, incluindo uma pequena parcela com pós-graduação.

O número de estabelecimentos agropecuários com tratores em 2006 era de 21, com 31 tratores no total (51,6% dos quais com 100 CV ou mais de potência). Em 2017, esse número passou a ser de 46, com 65 máquinas no total.

Quanto ao sistema de preparo do solo, seis estabelecimentos utilizam o cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda; 24 unidades utilizam cultivo mínimo (só gradagem); e três estabelecimentos o plantio direto na palha. Em 2017, esses números passaram a ser, respectivamente, iguais a: 51; 81; 29.

A aparente maior utilização de moto mecanização e de tecnologias de preparação do solo pelos estabelecimentos sugere estar em curso uma capitalização das propriedades, o que pode ter sido fruto da obtenção de recursos via crédito bancário, inclusive pelos programas de crédito rural, ou da maior capitalização própria, dado o relativo maior tamanho das propriedades.

Quase 32% dos estabelecimentos receberam financiamentos, sendo que desse total 93,1% o buscaram para investimentos e 70,8% para manutenção. As atividades de custeio e comercialização foram as que menos demandaram recursos financeiros externos à propriedade.

Dados compilados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (disponível em http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_117_Baixo_Jequitinhonha_-_MG.pdf), indicam que entre 2013 e 2014 o total de recursos do Pronaf disponibilizados para os agricultores familiares de Joáima foi de R\$ 2.086.931,57. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 184 estabelecimentos contraíram financiamentos pelo Pronaf, cinco pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp, 99 por outras fontes não governamentais e sete por outros programas públicos (federais, estaduais ou municipais).

Por outro lado, em 2017, 95,8% dos estabelecimentos do município declararam não receber assistência técnica. Outros 89,2% não usavam adubação e 95,6% não utilizavam agrotóxicos. Esses são indicadores da ausência do uso do pacote agropecuário moderno, o que confirma a ideia segundo a qual a concentração fundiária, se de fato ocorreu, está relacionada à capitalização de alguns estabelecimentos, e não à modernização dos mesmos.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Joáima era igual a 3.205 pessoas, das quais 69,6% eram do sexo masculino e 90,4% maiores de 14 anos de idade. Em 2017, o número total de pessoas ocupadas foi igual a 2.831 pessoas, ou uma diminuição de 11,7% no emprego rural.

Quanto à utilização das terras, a Tabela 3, apresentada em seguida, ilustra a situação em 2006 e em 2017.

Nota-se o predomínio da ocupação das terras pela atividade pastoril, já que 63% do total das terras da agricultura joaimense são destinadas a pastagens. Em seguida, veem as áreas destinadas às matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal.

Utilização da Terra	Número de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos	
	2006	2017	2006	2017
Construções, benfeitorias ou caminhos	548	nd	498	nd
Lavouras - permanentes	257	134	417	584
Lavouras - temporárias	476	352	694	997
Matas e/ou florestas - Florestas plantadas	4	6	238	558
Matas e/ou florestas - Naturais	686	660	34.279	23.480
Pastagens - naturais	504	240	32.872	13.034
Pastagens - plantadas	421	1.002 ^(*)	36.673	63.468
Outros Usos ^(**)	409	120	4.568	9.077

Tabela 3 – Utilização das terras, segundo o número e a área dos estabelecimentos agropecuários

Obs.: (*) O somatório é superior ao número de estabelecimentos por conta de dupla contagem. No Censo Agropecuário de 2017 os respondentes identificaram a existência de pastagens plantadas em boas e más condições; (**) inclui áreas plantadas com forrageiras para corte; tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas; terras degradadas e/ou inaproveitáveis para a agricultura ou a pecuária; e áreas cultivadas em sistemas agroflorestais.

Fonte: IBGE (disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joaima/pesquisa/24/76693>>, acessados em 18/09/2018).

As principais culturas agropecuárias de Joáima são a mandioca, a cana-de-açúcar, o café (em grão), o milho (em grão), a banana e o feijão (em grão). A Tabela 4, apresentada em seguida, indica os dados que permitem fazer tal afirmação.

Produtos	Produção (em toneladas)		Valor da Produção (em R\$1,00)	
	2006	2017	2006	2017
Mandioca	1.044	1.758	238.000	nd
Cana-de-açúcar	442	1.162	38.000	nd
Café em grão (2)	218	352	627.000	nd
Milho em grão	101	112	46.000	nd
Banana	1.578	65	405.000	nd
Feijão em grão (1)	51	56	84.000	nd

Tabela 4 - Principais Produtos Agrícolas, 2006/2017

Obs.: (1) Inclui os feijões de cor e fradinho; (2) Inclui os cafés tipo Arábica e Canephora (Robusta, Conilon).

Fonte: IBGE (disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1244&z=t&o=11&i=P>> e <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joaima/pesquisa/24/76693>>, acessados em 03/05/2014 e 18/09/2018, respectivamente).

No tocante à pecuária, predominam os rebanhos de aves, suínos e bovinos, com

larga predominância do primeiro. Os dados apresentados na Tabela 5, em seguida, ilustram o tamanho dos rebanhos e indicam que apenas os rebanhos de bovinos e de caprinos cresceram, sendo o primeiro de modo mais expressivo (13,8% no período). Os dados também revelam que os rebanhos de aves sofreram redução considerável, superior a 51% no período considerado.

Rebanhos	Cabeças	
	2006	2017
Bovinos	62.739	52.978
Aves (1)	20.751	15.327
Equinos	2.994	3.043
Suínos	2.182	1.326
Ovinos	967	536
Muares	558	481
Asininos	510	300
Caprinos	249	84

Tabela 5 - Principais Efetivos da Pecuária, por número de cabeças, 2006/2017

Obs.: (1) Inclui galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

Fonte: IBGE (disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1244&z=t&o=11&i=P>> e <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joaima/pesquisa/24/76693>>, acessados em 03/05/2014 e 18/09/2018, respectivamente).

O número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca no ano de 2006 foi igual a 360 unidades (37% do total naquele ano), nos quais foram produzidos 8.939 mil litros de leite. Dos estabelecimentos que produziram leite de vaca cru, 238 (66%) venderam 8.602 mil litros do produto (96,2% do total produzido). Já a quantidade produzida de leite cru que foi beneficiado nos estabelecimentos agropecuários de Joáima no ano de 2006 foi de 128.000 litros. Nenhum estabelecimento vendeu leite pasteurizado em 2006.

Foram ordenhadas 6.540 vacas no ano, com um valor da produção anual de R\$3.580.000,00. O valor da venda de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários no ano foi igual a R\$3.436 mil reais.

O número de estabelecimentos com rebanhos bovinos em 2017 era de 662 (72,4% do total). Em 2017, a quantidade de leite de vaca produzida foi igual a 7.912,7 mil litros.

Comparando a produção leiteira de Joáima com os demais quinze municípios que compõem juntamente com ele a microrregião de Almenara, nota-se que o município pesquisado é o segundo maior produtor local, atrás apenas do município de Jordânia. A Figura 1 elaborada a partir dos dados das já mencionadas fontes do IBGE (2014), apresentada em seguida, ilustra essa informação.

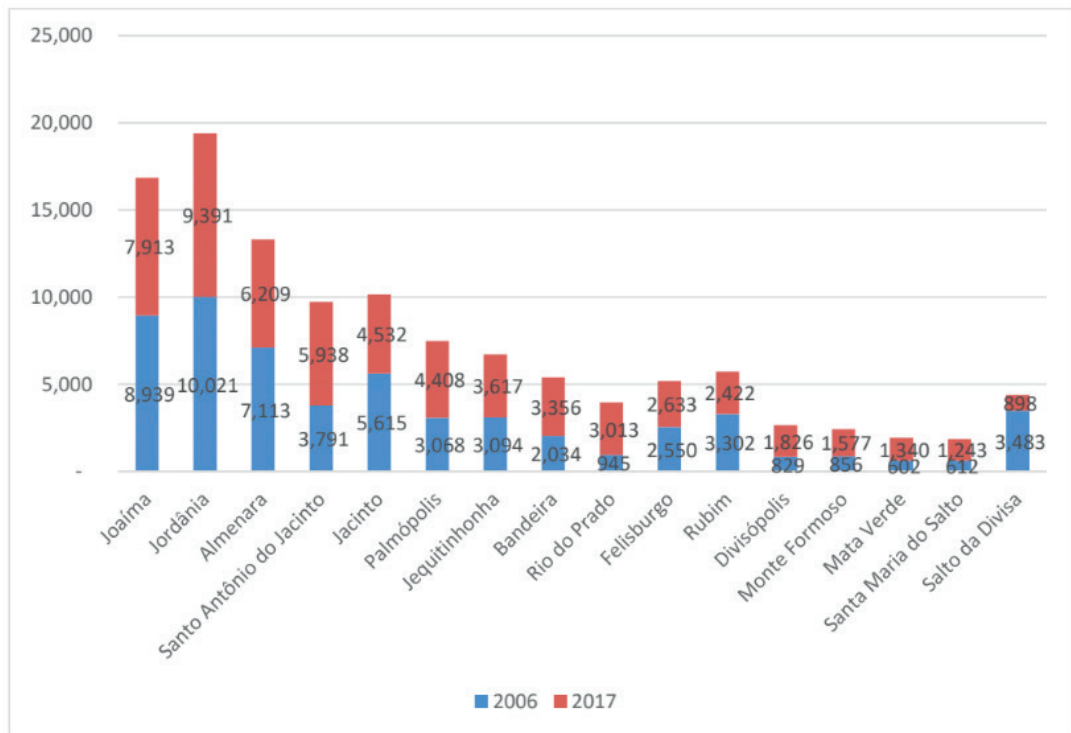


Figura 1 - Produção de Leite de Vaca por ano por estabelecimento agropecuário na microrregião de Almenara, 2006/2017

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/>).

Um dos principais produtos da pecuária leiteira local é a produção do queijo cabacinha (formato característico e original do queijo tipo muçarela). Na verdade, a produção de queijo cabacinha, a partir da massa cozida, é uma atividade tradicional em diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, inclusive em Joáima. Segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg, existem quase 100 produtores de queijo cabacinha (tipo muçarela), 40% dos quais com captação diária entre cinco e 65 litros de leite de vaca (FAEMG, 2014).

3 | EXPLORANDO A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PELOS PRODUTORES DE QUEIJO CABACINHA DE JOAÍMA

Após a aplicação do questionário a vinte e sete entrevistados proprietários e arrendatários de 27 estabelecimentos rurais que se dispuseram a responder às perguntas após serem contatados por meio do auxílio da Emater-MG e do Sindicato Rural de Joáima, obteve-se um conjunto de respostas que serão apresentadas em seguida.

Dos entrevistados, duas são do sexo feminino. As idades do grupo variam entre 25 e 83 anos de vida, sendo que o grupo que concentra o maior número de idades é o que vai de 40 até 60 anos de vida (74,1%). Dentre os que responderam ao questionário, 81,48% foram os próprios proprietários, 7,4% filhos de proprietários, 7,4% agregados

e 11,1% possuíam outros vínculos com a família.

Quanto ao grau de instrução as respostas indicaram um percentual de 40,7% para os que possuem o Superior completo; de 33,3% para os que possuem Curso Técnico ou Ensino Médio completo e Ensino Fundamental incompleto; e 18,5% para os que possuem o Ensino Médio incompleto, o Fundamental completo e sabem ler e escrever. No momento das entrevistas, nenhum dos que responderam afirmaram estar estudando.

As propriedades estão distantes 22,6 km em média de Joáima, estando as duas mais próximas a um quilômetro (ainda que em sentidos contrários em relação ao centro da cidade) e a mais distante a 52 km. A área média das propriedades, segundo os entrevistados, é de 252,38 hectares (sendo que a menor mede 7,02 ha e a maior 580 ha).

Dentre os principais produtos produzidos nas propriedades, foram citados: banana, cana-de-açúcar, milho, quiabo, galinhas e hortaliças (um produtor para cada produto listado); queijo (seis produtores); gado de corte (dezesseis produtores); e leite (vinte e seis produtores). Como são propriedades policultoras, os números não correspondem ao total exato de entrevistados. Porém, notou-se o predomínio da produção da bovinocultura e do queijo (sendo que cinco proprietários citaram produzir leite e queijo, o que corresponde a 18,5% do total de pesquisados).

Os compradores da produção leiteira e queijeira são os seguintes, por ordem de importância (dos mais citados para os menos citados): 1º) venda direta, especialmente para na cidade de Joáima, seguida dos municípios de Jequitinhonha, Águas Formosas e Belo Horizonte, além de venda mediante encomendas (sem especificação do destino); 2º) venda para organizações agroindustriais, em especial para os Laticínios Barbosa e Marques, Serra Nova e Leandro; 3º) venda para intermediários, principalmente urbanos; 4º) venda para atacadistas (fora do município).

Mais da metade (55,5%) dos entrevistados declararam não possuir outras fontes de renda além da agropecuária. Os restantes declararam trabalhar em negócios próprios como comerciantes, veterinário, médico, dentista, engenheiro civil, contador e comprador de leite para laticínios ou ser empregados públicos ou privados (servidor público e projetista).

O percentual de tempo de trabalho dedicado à propriedade varia entre zero (duas respostas, ou 7,4% do total) e 12 horas semanais (três respostas, ou 11,1% do total), sendo mais frequente o emprego de dez horas semanais (sete respostas, ou 25,9% do total). 81,5% dos entrevistados são proprietários e os restantes 18,5% são arrendatários.

Todos os proprietários contratam trabalhadores que não são membros das suas famílias. No total, foram identificados 65 trabalhadores rurais contratados. Destes, 72,3% é empregado com carteira de trabalho, o que garante o acesso aos benefícios previdenciários e sociais prestados pelo Estado brasileiro. Em cinco dos estabelecimentos foi indicado que são empregadas dez trabalhadoras rurais, sendo

que sete delas são temporárias sem carteira.

Cinquenta por cento dos proprietários afirmaram que em suas propriedades trabalha apenas uma pessoa durante seis dias por semana, em média. Nos demais casos, trabalham entre dois e sete homens. Quanto à situação do conjunto destes empregados, ela oscila de 81,5% dos estabelecimentos que assalaria de forma permanente e com carteira assinada a 22,2% que contratam assalariados temporários.

Quanto à adoção de tecnologias e técnicas agropecuárias, vinte e cinco dos entrevistados declararam usar múltiplas formas de conservação e controle dos seus recursos. Destas, destacam-se as seguintes, das mais citadas para as menos citadas: 1^a) manejo de pastagem (25 respostas); 2^a) controle de pragas e doenças (19 respostas); 3^a) conservação do solo (17 respostas); 4^a) inseminação artificial (12 respostas); 5^a) controle da poluição das águas e irrigação (nove respostas cada uma). Foram também citadas medidas relativas a reflorestamento e a conservação de nascente.

Mais de um terço dos entrevistados declararam não receber assistência técnica de qualquer órgão público (municipal ou estadual) ou privado. Trinta e sete por cento custeiam com seus próprios recursos a prestação de assistência técnica e 44,4% utilizam ambas as formas de recebimento de assistência. Estes últimos são participantes do “Projeto Balde Cheio”, desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa desde março de 2011 e que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira via transferência de tecnologia, atendendo a demanda de extensionistas de entidades públicas e privadas e de produtores de leite de todo o Brasil.

77,8% afirmam já ter feito curso de capacitação técnica; 18,5% não fizeram curso algum; e 44,4% cursaram Administração e Gestão de Qualidade no Campo.

Quando perguntados sobre a participação em órgãos ou instituições organizativas da sua categoria, 74,1% responderam que são filiados a Sindicatos Rurais e 18,5% afirmaram que são filiados a Cooperativa de Crédito (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob). 25,9% responderam que não participam de nenhuma organização de representação social ou política de produtores ou de fomento à produção rural.

Apesar de haver vinculação formal a organizações sindicais e cooperativistas, os temas do associativismo e/ou do cooperativismo não pareceram ser considerados relevantes para a maioria dos entrevistados. Dentre aqueles que manifestaram interesse pelo tema (sete produtores, sendo uma mulher uma das mais interessadas), a questão foi colocada em termos de parcerias com órgãos públicos, inclusive a Universidade, no desenvolvimento de ações voltadas para a qualificação e certificação dos seus produtos e ao incentivo para a adoção de tecnologias e para a educação do homem no campo. A compreensão apresentada pelos entrevistados é a de que a qualificação profissional, a melhoria das técnicas de produção e o reconhecimento da qualidade dos produtos locais geram como impactos positivos a manutenção da mão de obra local e a diminuição do êxodo rural.

Perguntados sobre a possibilidade e viabilidade de continuarem a atividade produtiva rural, as respostas dadas indicaram um grupo de dificuldades que são listadas em seguida: acesso a água potável; acesso a estradas; investimentos; legalização dos produtos; escassez de mão de obra (item citado por 51,9% dos entrevistados); maquinário; baixa rentabilidade da produção; seca (citado por 18,5% dos entrevistados); política agrícola “séria”; inexistência de entidades de defesa e fomento dos produtores. No tocante à melhoria da infraestrutura viária, existem informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal por meio de rede social de que foram adquiridos novos equipamentos para a melhoria das estradas locais – contudo, a percepção é que a Prefeitura age apenas no sentido de beneficiar as áreas mais próximas da cidade e àqueles que são “a favor” da atual administração pública municipal.

A pergunta anterior foi feita novamente, mas levando em consideração a continuidade dos filhos na atividade produtiva rural. Para 85,2% dos respondentes, os filhos não continuarão a administrar o estabelecimento, principalmente por causa de estudarem e morarem fora do município, não possuem interesse na atividade, pelo baixo retorno da atividade e/ou por serem ainda muito novos.

Os entrevistados apontaram as seguintes demandas urgentes para continuarem a manter-se na atividade: financiamentos e programas e ações de governo (29,6%), assistência/capacitação técnica (33,3%), maquinário (18,5%) e estradas (14,8%).

Quando perguntados sobre projetos em andamento, os entrevistados responderam que os projetos são voltados para: aumento da produção de leite; alimentação do rebanho; ampliação de área (plantação de banana e de pastagem); aumento da área irrigada; produção de matrizes; edificação de viveiros para fruticultura e produção de madeira de lei; apicultura; piscicultura; e participação no Programa “Luz para Todos”. Seis proprietários responderam que não possuem projetos em andamento.

Os temas da produção leiteira e da industrialização do produto leiteiro também não foram identificados como fazendo parte de quaisquer planos municipais, especialmente aqueles que afetam o desenvolvimento rural e local – apesar de terem sido identificadas ações passadas que supostamente poderiam servir de estímulo nesse sentido.

CONCLUSÃO

Os resultados alcançados apontam que os produtores não demonstraram possuir estratégias individuais e nem coletivas claramente definidas para a promoção do desenvolvimento dos seus negócios, tal como proposto na introdução desse artigo.

Essa não é uma característica específica ou exclusiva dos produtores rurais de Joáima, sendo um traço comum a muitos municípios onde a atividade rural é desenvolvida de forma tradicional.

Do ponto de vista das observações feitas em campo, pode-se concluir que

ações públicas sejam desenvolvidas com o intuito de despertar o interesse das novas gerações pela atividade agropecuária na região, visto que Joáima tem grande potencial para isso. Uma medida dessa potencialidade é a oferta qualificada de técnicos que poderá crescer em função da futura instalação de uma Escola Técnica agropecuária na cidade. A promessa da instalação desse equipamento educacional está paralisada a quase um ano, numa situação que foi agravada pelo saque de material lá instalado que ocorreu recentemente.

De toda forma, também conforme foi possível observar no trabalho de campo, a ação da Emater-MG pode ser considerada como sendo orientada no sentido da melhoria da qualidade da produção, pela inserção dos produtores em programas governamentais específicos. Contudo, o técnico local não conta com infraestrutura e recursos suficientes. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Joáima não parece, por sua vez, capaz de desenvolver ações, pois não surge como sujeito relevante nos depoimentos dos entrevistados.

Paralelamente, desde o ano de 2014 o Sindicato Rural passou a organizar leilões locais, o que parece estar promovendo maior integração entre os pecuaristas do município e região e contribuindo mais para a formação de uma coletividade. Contudo, são passos iniciais e ainda não se pode dizer no que redundarão.

Isso limita o leque das opções de desenvolvimento rural, já que as estratégias observadas pouco ou nada tem se voltado para o desenvolvimento de um espírito empreendedor pelos produtores rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

CARNEIRO, M. J. et al. **Ruralidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: MUAD X. FAPERJ, 2012.

CORREA, E. Pérez; QUIJANO, María Adelaida Farah; GRAMMONT, Hubert Carton de. **La nueva ruralidad en América Latina**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____ *et al* (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

FAEMG. **Queijo Cabacinha será padronizado**. Junho/2014. Disponível em <<http://www.faemg.org.br/Noticia.aspx?Code=5878&ContentVersion=C&show=all>> Acessado em 11/07/2017.

GASQUES, J. G.; VIEIRA Fº, José E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010.

GIARRACCA, Norma (Comp.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO Editorial, 2001.

- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.
- JARZABKOWSKI, Paula. **Strategy as practice**. London: Sage, 2005.
- KAGEYAMA, Ângela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da C. *et al.* (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.
- MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002, p. 97.
- MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MENDRAS, H. **Sociologia do meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas. Unicamp, 1998.
- WHITTINGTON, R. **O que é estratégia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.
- _____. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, Vol. 44, n. 4, pp. 44-53, out-dez 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312